

A ATUAÇÃO DO INTÉRPRETE EDUCACIONAL NO CONTEXTO DO ENSINO REMOTO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Mariana Lucas Mendes ¹

RESUMO

Este trabalho trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, do tipo relato de experiência (RE). O objetivo da pesquisa é refletir sobre a atuação da intérprete de Libras no IF Goiano Campus Urutaí, durante o ensino remoto emergencial nos anos de 2020 e 2021, enquanto acompanhava uma aluna do 3º ano do Ensino Médio Integrado ao curso de Informática e dois alunos recém ingressos no curso de bacharelado em Sistema de Informação. As pesquisas do tipo relato de experiência, ainda hoje sofrem fortes estigmas, visto que alguns desconfiam de seu caráter científico. Apesar disto, os relatos de experiência têm ganhado espaço nas pesquisas da área das Ciências Humanas, por constituírem uma possibilidade de criação de narrativa científica e partilha profissional, sobretudo na Educação. Do ponto de vista metodológico, este relato de experiência está construído com base no roteiro elaborado por Mussi, Flores e Almeida (2021), quando os mesmos afirmam que o relato precisa trabalhar com quatro tipos de descrição das informações: informativa, referenciada, dialogada e crítica. A organização do trabalho foi pensada da seguinte forma: a princípio, foi relatou-se a estrutura da instituição e do trabalho realizado pela intérprete, posteriormente, descreveu-se as medidas adotadas durante o ensino remoto emergencial, sua implantação e organização. Por fim, apresentou-se o relato de experiência da profissional durante sua atuação nesse período: dificuldades, barreiras, métodos e outros aspectos. O relato de experiência apresentado mostra que houve uma sobrecarga de trabalho para a intérprete, que não havia no modo presencial. Também demonstra que, apesar dos esforços da instituição em manter as atividades acadêmicas, não foi possível manter um ensino de qualidade e que presasse pela inclusão, de modo que por muitas vezes os alunos surdos acabavam prejudicados.

Palavras-chave: Ensino Remoto, Pandemia, Intérprete Educacional, Libras, Surdos.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste relato de experiência é refletir sobre a atuação da intérprete de Libras no IF Goiano Campus Urutaí, durante o ensino remoto emergencial nos anos de 2020 e 2021, enquanto acompanhava uma aluna do 3º ano do Ensino Médio Integrado ao curso de Informática e dois alunos recém ingressos no curso de bacharelado em Sistema de Informação.

Partindo da premissa de que o intérprete educacional é atuante no processo de ensino aprendizagem e de que o mesmo deve estar inserido nas escolhas pedagógicas em parceria com a equipe docente, este relato de experiência buscou refletir os prós e contras do ensino remoto para a inclusão dos alunos surdos no contexto aqui apresentado.

¹ Mestre em Educação Profissional e Tecnológica pelo Programa ProfEPT – IF Goiano, mariana.mendes@ifgoiano.edu.br; Tradutora e Intérprete de Libras no IF Goiano Campus Urutaí.



O relato de experiência foi uma decisão visando valorar as percepções e reflexões da intérprete educacional, levando-se em consideração que o contexto de ensino emergencial remoto foi desafiador e inédito para todos os agentes educacionais.

Desta forma, pretende-se com este relato de experiência, responder algumas questões pertinentes: o ensino remoto emergencial foi capaz de incluir esses alunos surdos? Houve colaboração entre professores e intérprete? Quais as maiores dificuldades encontradas pela intérprete? Houve aspectos positivos?

As respostas à essas questões vão de encontro ao objetivo maior do estudo, que é refletir a atuação do intérprete educacional durante o ensino remoto. Acredita-se que tal reflexão é capaz de contribuir para melhor entender as atribuições do intérprete educacional.

METODOLOGIA

Nosso recorte temporal será de 16 de abril de 2020, quando houve a retomada do calendário acadêmico 2020 de modo não-presencial (portaria nº 731) e se encerra juntamente com o calendário acadêmico 2021, quando encerrou o ensino remoto emergencial.

A experiência aqui relatada se passou no IF Goiano Campus Urutaí, uma instituição tradicional, com mais de 60 anos de história na educação profissional e tecnológica. O campus atende do ensino médio integrado à pós-graduação *stricto sensu*.

O campus, localizado na zona rural, com uma área de 512 hectares na região da estrada-de-ferro, no sudeste do Estado de Goiás, conta vários prédios, mais de 40 laboratórios e alojamento para em torno de 250 alunos que residem na escola. Percebe-se que é um campus grande, que recebe alunos das cidades circunvizinhas e também de outros estados.

Essa dimensão do campus deixou o processo de formulação do ensino não-presencial bem mais complexo, pois foi preciso considerar as diversas realidades envolvidas no corpo discente.

Nesse relato, focaremos nas realidades dos alunos surdos que são os discentes diretamente envolvidos na experiência da pesquisa. Três alunos surdos estavam matriculados no campus durante o ensino remoto emergencial. A primeira aluna, V. F.C., cursava o 3º ano do curso de Informática integrado ao Ensino Médio. A aluna, além da surdez, também tinha deficiência motora moderada. Historicamente, a aluna veio de escolas rurais, não teve acompanhamento adequado de intérpretes durante o ensino fundamental. Chegou ao ensino médio sem fluência na Libras e sem domínio satisfatório do Português escrito. Durante o ensino

presencial, a aluna contava com o acompanhamento das intérpretes nas aulas e também orientações para realização das atividades.

Os outros dois alunos surdos, ingressaram em 2020, no curso bacharelado em Sistema de Informações. Deste modo, o contato com eles no ensino “pré-pandêmico” foi curto, mas algumas percepções puderam ser feitas. O aluno M.C. B., surdo e com laudo de TDAH, também não tem uma fluência satisfatória na Libras, com tendência a oralizar. Já o aluno F.M.C., apresenta laudo apenas da surdez, tem boa fluência na Libras e bom domínio do Português escrito. Um aspecto relevante é que o aluno F.M.C. é egresso do curso de Informática integrado ao Ensino Médio, cursado em outro campus, enquanto o aluno M.C.B. veio do ensino médio propedêutico regular. Essa diferença é importante pois, ao entrarem no curso superior, um já teria uma base de conhecimento maior do que o outro. Estando os dois alunos na mesma turma, em níveis diferentes de conhecimento, tanto na Libras, quanto no Português e também na Informática, era de se esperar que essa dinâmica refletisse no processo pedagógico e tradutório.

O IF Goiano, antes da pandemia, já tinha em sua estrutura, um ambiente virtual de aprendizagem institucional, o Moodle, que até então era utilizado para cursos específicos da Educação a Distância (EaD), cursos de formação inicial e continuada (FIC) entre outros. Com o ensino emergencial remoto, foi necessário extrapolar o uso desse sistema para que atendesse a todos os cursos da instituição. Essa não foi uma tarefa fácil, por isso mesmo, há um hiato no calendário acadêmico de 2020. As aulas foram suspensas em 16 de março, retomando com as atividades não-presenciais em 16 de abril de 2020. Durante esse período, uma equipe foi organizada para pensar e desenvolver a melhor saída para aplicação do ensino remoto.

Desta forma, o ensino remoto emergencial no IF Goiano Campus Urutaí em suma, ficou organizado da seguinte forma: o calendário acadêmico foi reorganizado em módulos, cada módulo com duração de 15 dias. Todas as atividades, material de apoio e vídeo-aulas ficavam disponibilizados na sala virtual da disciplina, no Moodle. Todas as disciplinas tinham encontros síncronos, realizados via Google Meet, sendo que esses encontros podiam variar entre um, dois, ou três por semana, dependendo da carga horária total da disciplina.

Estabelecido o cenário, foi preciso pensar como as intérpretes fariam o acompanhamento dos três alunos surdos nesse novo contexto de ensino remoto. A escolha do relato de experiência como metodologia para essa reflexão se deu justamente por que “performatiza através da linguagem a experiência do um, não enquanto centralidade estável, mas na condição de ponto de abertura e análise crítica” (DALTRO E FARIA, p. 224, 2019). No contexto do ensino emergencial remoto a experiência é tudo que temos para essa análise crítica, já que ninguém estava previamente preparado para esse cenário.



A propósito da posição a ser ocupada pelo pesquisador, tomamos como referência o texto do poeta português Fernando Pessoa (2011), quando declara a respeito da experiência: “aquilo que em mim sente está pensando”. Ao ser sensibilizado por elementos perceptivos, o sujeito/pesquisador aciona compreensões que representam e desenvolvem novas significações inscritas na realidade de seu corpo, deslocando-o para uma posição de autor e simultaneamente sujeito da experiência. (DALTRO E FARIA, p. 227, 2019)

Nessa perspectiva, entende-se que o relato de experiência é uma análise daquilo que nos atinge, que nos transpassa. Logo, é um estudo que carrega em si, intersecções que nos representam, sejam elas ideológicas ou histórico-sociais. O relato de experiência é, portanto, a junção da descrição da vivência em si, com uma experiência distanciada, reflexiva e crítica, tornando-se material de valor para o meio acadêmico-científico (MUSSI, FLORES, ALMEIDA p. 05, 2021). Os autores afirmam que o relato precisa trabalhar com quatro tipos de descrição das informações: informativa (como localização, descrição dos sujeitos etc), referenciada (conceitos teóricos que embasam a experiência), dialogada (relação entre a teoria apresentada e a experiência vivenciada) e crítica (análise e reflexões desenvolvidas a partir da experiência).

Sendo assim, as experiências aqui relatadas são frutos das observações e anotações realizadas pela intérprete educacional, que foram posteriormente relidas e refletidas. O relato tenta seguir uma ordem cronológica, embora não seja viável ao longo de todo o texto, visto que as reflexões apresentadas levam em consideração todo o recorte teórico.

REFERENCIAL TEÓRICO

A inclusão de alunos surdos nas escolas regulares é assunto ainda recente e que abre inúmeras possibilidades de diálogos e reflexões. Tendo em vista que a maioria das leis que regem atualmente a educação básica, bem como a educação especial, são datadas da segunda metade da década de 90 em diante, percebemos que, historicamente, o acesso dos surdos a escola regular é muito recente (SILVA; FILHO, 2018). Além de recente, a discussão sobre a inclusão de surdos na escola regular também é controversa. Gesser (2015) afirma que a divergências teóricas e práticas quando se fala de educação de surdos no Brasil, bem como a escola inclusiva, que também pode desencadear diferentes reações. Se por um lado, a inclusão dos alunos surdos nas escolas regulares, proporcionou uma maior integração social, maior visibilidade da Libras e da Cultura Surda, por outro, não se pode negar que, ainda hoje há um cenário de despreparo por parte do sistema educacional para receber esses alunos adequadamente. Falta formação para os profissionais da educação de modo em geral, sendo ainda mais grave a escassez de profissionais específicos da educação de surdos.

Os profissionais específicos da educação de surdos são vários: o professor bilíngue, o professor de Libras e/ou instrutor de Libras (que deve ser preferencialmente surdo) e o mais comum nas escolas regulares, o intérprete educacional (AMPESSAN; GUIMARÃES; LUCHI, 2013). Para que o surdo realmente tivesse acesso à educação de qualidade, na sua língua natural, esses profissionais deveriam estar presentes desde a Educação Infantil até o Ensino Superior, cenário muito distante da realidade.

Na prática, o profissional mais presente nas escolas regulares dentre esses listados, são os Intérpretes Educacionais. A profissão Tradutor e Intérprete de Libras ainda é recente e carece de normativas técnicas que auxiliem a determinar suas atribuições e especificações, sobretudo no contexto escolar, onde o contato com o surdo torna-se contínuo e por vezes as relações podem se tornar complexas entre os agentes envolvidos.

Até algum tempo, era comum o termo professor-intérprete, entretanto, atualmente essa nomenclatura caiu em desuso, dando lugar a expressão “intérprete educacional”. Ampessan; Guimarães e Luchi (2013) defendem que essa designação atual refere-se apenas ao espaço de atuação desse profissional, assim como ocorre com o intérprete jurídico, medicinal, artístico entre outros. Quanto a função a ser desenvolvida, os autores afirmam que, essa não sofre alteração (interpretar) e ressaltam ainda que no contexto escolar é urgente entender que a função do intérprete é puramente técnica e não pedagógica.

Em contrapartida, as pesquisas de Lacerda (2000; 2009) vão afirmar que o intérprete educacional deve sim ser avaliado sob uma ótica diferente dos demais espaços de atuação. Para a autora, o intérprete que atua no contexto educacional, indiscutivelmente está inserido no processo de ensino e aprendizagem do surdo. Para Lacerda, a interpretação no contexto de sala de aula deve ter como foco principal a construção de sentidos e não a tradução correta do ponto de vista linguístico.

Indo de encontro com esse pensamento, Gesser (2015) afirma que no contexto educacional deve se pensar na necessidade de um trabalho colaborativo entre intérprete e professores. O interessante seria que o intérprete participasse do planejamento das aulas, dos modos pedagógicos acessíveis para o ensino do surdo, estratégias apropriadas bem como materiais e suportes didáticos necessários.

Refletindo a complexidade da atuação do intérprete educacional nessa relação surdo-intérprete-professor e vice-versa, e entendendo que esse cenário já é desafiador no contexto da educação em sua rotina habitual, podemos então pensar sobre como ocorreu essa atuação durante o ensino remoto emergencial.



O ensino remoto emergencial foi adotado durante a Pandemia do SARS-CoV-2 (Novo corona vírus), no ano de 2020. O surto de contaminação foi caracterizado como pandêmico em 11 de março de 2020, pois já havia 115 países com casos confirmados. No Brasil, o estado de calamidade foi decretado no dia 20 de março de 2020. No IF Goiano, observando a nota técnica emitida pela Secretaria de Estado da Saúde de Goiás, em 15 de março de 2020, a reitoria determinou a suspensão das aulas, a princípio, de 16 a 30 de março de 2020. Naquele momento, não se sabia ainda a dimensão que a Pandemia tomaria em nosso país e nem no sistema educacional.

Partindo deste início pandêmico, nosso relato de experiência estará organizado da seguinte forma: a princípio, descreveremos a instituição em dois cenários, no contexto “pré-pandêmico” e no contexto de ensino remoto. A ideia é entender como era realizado o acompanhamento dos alunos surdos antes e depois, durante a pandemia. Também será feita uma breve descrição dos nossos alunos surdos, para entendermos suas particularidades e dificuldades específicas. A partir daí, passaremos para as percepções e para o relato em si das experiências vivenciadas pela intérprete durante o ensino remoto emergencial.

Nessa perspectiva, o relato de experiência se justifica pela necessidade de registro e reflexão das condições de atuação do intérprete educacional durante ensino emergencial remoto. Escrever o relato de experiência foi necessário, pois o contexto pandêmico trouxe inúmeras incertezas e obrigou a todos os agentes educacionais a se adequarem a uma realidade virtual nunca antes vivida. Espera-se com este relato, contribuir para a reflexão sobre a inclusão dos surdos na escola regular e sobre a real função do intérprete educacional nesse processo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a suspensão das aulas presenciais, em março de 2020, um cenário de dúvidas e incertezas se instaurou sobre o sistema educacional brasileiro. A escolha pelo retomada do calendário acadêmico em abril, de forma remota, buscou acima de tudo não prejudicar o corpo discente. Entretanto, a adaptação à esse novo contexto de ensino não foi fácil, nem para servidores nem para alunos.

A interpretação no contexto virtual, logo se mostrou extremamente diferente das atuações em sala de aula, obrigando a intérprete a buscar outras estratégias para que os alunos surdos compreendessem o conteúdo.

Os momentos síncronos, realizados via Google Meet, eram de fundamental importância para que se mantesse uma mínima interação entre docentes e alunos. Entretanto, para o

processo de interpretação, havia alguns contratemplos. Diferentes dos alunos ouvintes, os alunos surdos estão dependentes dos recursos visuais. Logo, foi preciso que a intérprete se atentasse a iluminação, escolha do lugar para realização da transmissão, com fundo neutro, uma boa câmera ou Webcam. Essas preocupações que podem ser rotineiras em diversos contextos de interpretação (como para os TILS que a tuam em TV), para o intérprete que sempre atuou em contexto educacional pode ainda ser um mistério.

Além disso, a dinâmica no ensino remoto acaba sendo mais acelerada, o processo de interação é prejudicado, o que dificulta por exemplo para que os alunos surdos possam interromper as aulas síncronas para tirar suas dúvidas.

Além dos momentos síncronos, alguns professores também faziam aulas gravadas para disponibilizar no Moodle para os alunos. Pensando em melhor atender os alunos surdos, as intérpretes da instituição solicitaram que se possível, fossem acrescentadas legendas nessas aulas gravadas para que os alunos pudessem voltar a elas em caso de dúvidas, já que a gravação era feita pelo professor apenas. Também havia momentos em que as intérpretes combinavam com os alunos horários para a interpretação dessas aulas gravadas.

Para acessar essas aulas gravadas e também as atividades dos alunos, as Intérpretes solicitaram acesso as disciplinas no Moodle. Entretanto, essa não foi uma medida fácil de ser tomada. Alguns professores mais habituados a plataforma, conseguiam sozinhos configurar acesso para as intérpretes como moderadoras nas salas virtuais, outros precisavam recorrer ao suporte de informática, e havia ainda aqueles ignoravam nossa solicitação.

Ter acesso as salas virtuais no Moodle, já no final do primeiro semestre de 2020, fez muita diferença para o organização dos trabalhos. Esse foi um dos pontos fortes do ensino emergencial remoto, pois uma das maiores dificuldades para atuação do intérprete educacional é justamente não ter acesso ao conteúdo que será ministrado pelo professor. No Moodle, o professor era obrigado a colocar previamente o material que seria discutido no encontro síncrono. O acesso a esses materiais facilitou muito o processo de interpretação.

Os problemas de internet e energia elétrica eram constantes, principalmente em épocas de chuva. Esses problemas para os alunos surdos são ainda mais graves, pois para os ouvintes mesmo com a internet oscilando era possível seguir apenas com o áudio. Já os alunos surdos necessitavam de uma estabilidade de transmissão para que a interpretação não fosse prejudicada.

Quanto a organização das salas virtuais no Moodle, também foi necessários a intervenção das intérpretes. Foi repassada ao professores a orientação de sempre buscarem vídeos e materiais de apoio com acessibilidade em Libras ou legendas, visto que era impossível

que as duas intérpretes realizassem a interpretação de todo material disponível em todas as disciplinas. Também foi solicitado que os alunos surdos tivessem maior prazo para a realização das atividades e avaliações, visto que poderiam precisar de interpretação, caso houvessem dúvidas nos enunciados.

Por fim, logo ficou nítido que a demanda de serviço no ensino remoto emergencial acabou tornando-se ainda maior e mais penosa do que era nas aulas normais. Não havia mais “horário de trabalho” ou “dia útil”, pois tudo dependia da disponibilidade do material no Moodle, do prazo estabelecido, do bom funcionamento da internet e da energia elétrica.

Além de todas essas demandas junto aos alunos surdos, houve ainda uma explosão de lives realizadas pela instituição (cursos, projetos de extensão, eventos), e por diversas vezes a solicitação de interpretação para esses momentos teve que ser recusada, pois já não havia disponibilidade de nenhuma das intérpretes.

Ao final de 2020, a aluna V.F.C. concluiu o Ensino Médio, seguindo o ano letivo de 2021 com apenas os dois alunos do curso superior de Sistema de Informação. Traduzir num curso da área de informática requer alguns conhecimentos prévios específicos. Trata-se de um contexto onde encontram-se simultaneamente, a Libras, o Português, o Inglês (de onde vêm suas principais fontes teóricas e terminologias) e por fim, uma linguagem de programação (Java Script, C++, Python). Por mais que a intérprete não domine a programação em si ou não seja fluente em inglês, ela precisará criar familiaridade com os principais comandos utilizados e também com as terminologias em inglês.

Uma percepção que se confirmou ao final do ano letivo de 2020, é que as disciplinas que eram extremamente práticas, como Banco de Dados, acabaram sendo um desafio para os alunos surdos. Com a sobrecarga de trabalho generalizada, marcar atendimentos individuais era praticamente impossível. Sem falar que o ambiente online não favorecia os alunos surdos para essas práticas.

Em uma aula prática de Banco de Dados, no laboratório presencial por exemplo, a professora vai realizando a atividade no notebook e projetando, enquanto os alunos vão também realizando simultaneamente em seus próprios notebooks. A medida que as dúvidas surgem, elas já são sanadas. No encontro síncrono, o notebook já está em uso para aula, para a projeção do que a professora e para a visualização da interpretação.

Percebendo essa particularidade das disciplinas mais práticas, foi recomendado aos alunos que trancassem algumas disciplinas, aguardando o retorno presencial. Por outro lado, não se pode afirmar também que aprovação desses alunos nas disciplinas mais teóricas realmente significam um aprendizado. A avaliação no ensino remoto emergencial tentou seguir



nos mesmos pardões tradicionais das salas de aula (questionários, por muitas vezes com questões de múltiplas escolhas). Com todo uma gama de material disponível para consulta, era difícil perceber o que realmente foi aprendido pelo aluno e o que era apenas copia e cola.

Apesar de todos os atropelos e dificuldades, os alunos surdos conseguiram concluir o ano letivo 2021 com êxito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando nas questões norteadoras de pesquisa e partindo das reflexões estabelecidas ao longo do relato de experiência, consideramos que, durante o ensino remoto emergencial houve sim um esforço colaborativo para a inclusão dos alunos surdos nesse novo contexto. Claro que, todo o processo de ensino remoto emergencial em si, teve inúmeros problemas que iam muito além do que era do alcance da instituição. Entretanto, dentro das possibilidades apresentadas, os alunos foram assistidos e considerados.

Quanto a colaboração entre professores e intérpretes, não houve mudança perceptível. Aqueles docentes que já se abriam para o diálogo e para a troca de ideia, permaneceram e sempre demonstravam suas preocupações em como incluir os surdos e como adaptar e acessibilizar os materiais didáticos. Já aqueles que mesmo no presencial, permaneceram distantes e fechados para essa parceria de trabalho com as intérpretes, em nada mudaram no ensino remoto. Nessa situação em particular, não há clareza se falta a esses docentes a formação continuada ou a capacidade para o trabalho em equipe.

Quanto as maiores dificuldades encontradas pela intérprete, pode-se elencar aqui: a sobrecarga de trabalho durante esse período, a carência ou instabilidade por muitas vezes dos serviços de internet e energia elétrica e acima de tudo a quebra ou travamento do processo pedagógico de interpretação, difícil de manter intacto durante os encontros síncronos.

Dentre os aspectos positivos, com certeza um dos principais, foi o acesso aos materiais nas salas virtuais, o que facilita muito o estudo dos conceitos para a sinalização. Felizmente, no retorno presencial em 2022, essa prática se manteve no curso, de modo que, mesmo com as aulas presenciais, os professores mantêm uma sala virtual para disponibilizar material e para receber as atividades dos alunos.

Os alunos surdos do curso de Sistema de Informação praticamente iniciaram o curso no ensino emergencial remoto, de modo que o retorno presencial para eles também causou grande estranheza. Por diversos motivos, o aluno M.C.B. acabou desistindo do curso no final do primeiro semestre de 2022.



As reflexões aqui apresentadas são apenas iniciais, entretanto evidenciam como é necessário pensarmos mais a fundo a atuação do intérprete educacional e suas reais funções e atribuições.

REFERÊNCIAS

AMPESSAN, João Paulo. GUIMARÃES, Juliana Sousa Pereira. LUCHI, Marcos. Intérpretes educacionais de Libras: orientações para prática profissional. Florianópolis: DIOESC, 2013.

DALTRO, Mônica Ramos. FARIA, Anna Amélia de. Relato de experiência: uma narrativa científica na pós-modernidade. Revista Estudos e Pesquisas em Psicologia. ISSN: 1808-4281, v. 19, n. 1, p. 223-237, janeiro-abril, 2019.

GESSER, Audrei. Interpretar ensinando e ensinar interpretando: posições assumidas no ato interpretativo em contexto de inclusão para surdos. Cad. Trad. Florianópolis, v. 35, nº especial 2, p. 534-556, jul-dez, 2015.

LACERDA, C. B. F. de. Intérprete de Libras: em atuação na educação infantil e no ensino fundamental. Porto Alegre: Mediação/FAPESP, 2009.

LACERDA, C. B. F. de. O intérprete de língua de sinais no contexto de uma sala de aula de alunos ouvintes: problematizando a questão. In: Lacerda, C. B. F. De e Góes, M. C. R. de (Org.). Surdez: processos educativos e subjetividade. São Paulo: Editora Lovise, 2000.

MUSSI, Ricardo Franklin de Freitas. FLORES, Fábio Fernades. ALMEIDA, Claudio Bispo de. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. Revista Práxis Educacional v. 17, n. 48, p. 1-18, out/dez, 2021.

SILVA, David Alex Santos da. FILHO, Manoel Anório Apolônio. A inclusão do aluno surdo junto à escola regular. III CINTEDI, 2018.